



**Encontro da Sociedade
Brasileira de Economia
Ecológica**

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Outubro de 2011
Brasília - DF - Brasil

**CIDADES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PILARES PARA A MATURAÇÃO DE UM
CENÁRIO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTALMENTE DESEJÁVEL**

Maria Tereza Batista Gomes (PUC MINAS) - mariaterezabg@gmail.com
Economista, especialista em Gestão Financeira Corporativa Avançada

Rafaela Veríssimo Costa (PUC MINAS) - rafaelavc@gmail.com
Economista, especialista em Gestão Estratégica de Processos de Negócios

CIDADES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PILARES PARA A MATURAÇÃO DE UM CENÁRIO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTALMENTE DESEJÁVEL

Resumo

A busca pelo equilíbrio entre oferta e demanda de recursos naturais, no contexto do adensamento populacional urbano provoca preocupação. Na formação econômica brasileira, a urbanização extensiva foi plataforma essencial para o atendimento às demandas da industrialização tardia. Inovações que propiciem o crescimento econômico, social e ambiental das gerações presentes, sem afetar as gerações futuras, são necessárias. O contexto do debate ambiental a nível internacional provoca maiores resultados quando integrados à esfera nacional. O artigo busca quantificar as discussões acerca das questões ambientais na Unidade Federativa de Minas Gerais, a partir da análise da evolução das propostas de lei, no âmbito da Assembléia Legislativa, apresentados no período de 2007 a 2011. Parte-se do pressuposto de que, em um país democrático de direito, as aglomerações urbanas são redutos naturais da comoção e organização social, sendo promotoras da aproximação do Poder Legislador às causas que sejam integradas ao consciente coletivo de certo momento no tempo.

Palavras-chave: Urbanização extensiva. Cidadania. Desenvolvimento sustentável.

Abstract

The balance between demand and offer of natural resources, in the context of urbanization, is an increasing concern. Urbanization was crucial for Brazilian economic formation, as one of the platforms for attending the industrial demands. Innovations that allow economic, social and environmental development are the key for today and future generations. International debates reflect more positively when brought to national boundaries. The primary object of the article was to quantify the number of constitutional projects about sustainable practices, presented in the Legislative Assembly of the state of Minas Gerais – Brazil, on the

period of 2007 to 2011. The tenet is that in a free democracy, cities are a natural ground for social commotion and statement, inducing the proximity of the Legislative Power and social needs, which are being integrated to collective consciousness, such as sustainable methods.

1. Introdução

À luz das expectativas para o Rio+20 - Conferência das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável – a se realizar em 2012, a comunidade científica e formadores de opinião afluem o debate acerca da transição para uma economia sustentável, sem afetar o desenvolvimento econômico das nações.

É inquestionável que há dez anos, não se falasse tanto acerca do desenvolvimento sustentável. Um ponto comum nas discussões, diz respeito à relevância da participação social nesse processo. Conforme citado no Plano Internacional de Implementação das Nações Unidas, o “desenvolvimento sustentável trata essencialmente das relações entre pessoas e entre pessoas e seu meio ambiente”. (UNESCO, 2005, p. 42).

De acordo com o Relatório de Diretrizes para Formulação de Políticas Públicas em Mudanças Climáticas no Brasil, elaborado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas – CVGV (2009), foi comprovado que as normas internacionais acerca das mudanças climáticas e sustentabilidade não são suficientes para agir contra os problemas. Dessa forma, torna-se mais relevante o contexto de normas de cunho vinculativo a nível nacional e subnacional.

Segundo Bezerra (2002, p.7), “a participação do cidadão torna-se condição principal para a sustentação e a viabilidade política necessárias ao desenvolvimento sustentável”. Para que esta participação se concretize é necessário educação e aprendizado, de modo a propiciar ao cidadão conhecimento, visão crítica, promoção de valores, enfim, competências que lhe

permitirão participar ativamente da sociedade e compreender os problemas sociais, ambientais e econômicos.

A premissa defendida nesse artigo é de que, em um país democrático de direito, as aglomerações urbanas são redutos naturais da comoção e organização social, sendo promotoras da aproximação do Poder Legislativo às causas sociais e ambientais, que estejam sendo integradas ao consciente coletivo de certo momento no tempo. No caso brasileiro, foi avaliada a evolução das propostas de lei, dentre outros instrumentos constitucionais, no âmbito da Unidade Federativa de Minas Gerais, no período de 2007 a 2011, que envolveram o debate acerca de meio ambiente e sustentabilidade.

Para iniciar, discute-se o processo de urbanização brasileiro, seguida pelo debate acerca de cidade e participação, finalizado por uma rápida abordagem acerca da evolução do debate sobre desenvolvimento sustentável e o contexto mineiro.

2. Urbanização no Brasil e avaliação qualitativa do contexto em Minas Gerais

De acordo com Cohen (2006), se bem administrados, os espaços urbanos são capazes de oferecer amplas oportunidades, sendo ponto focal no crescimento econômico, inovação e empregabilidade. E ainda:

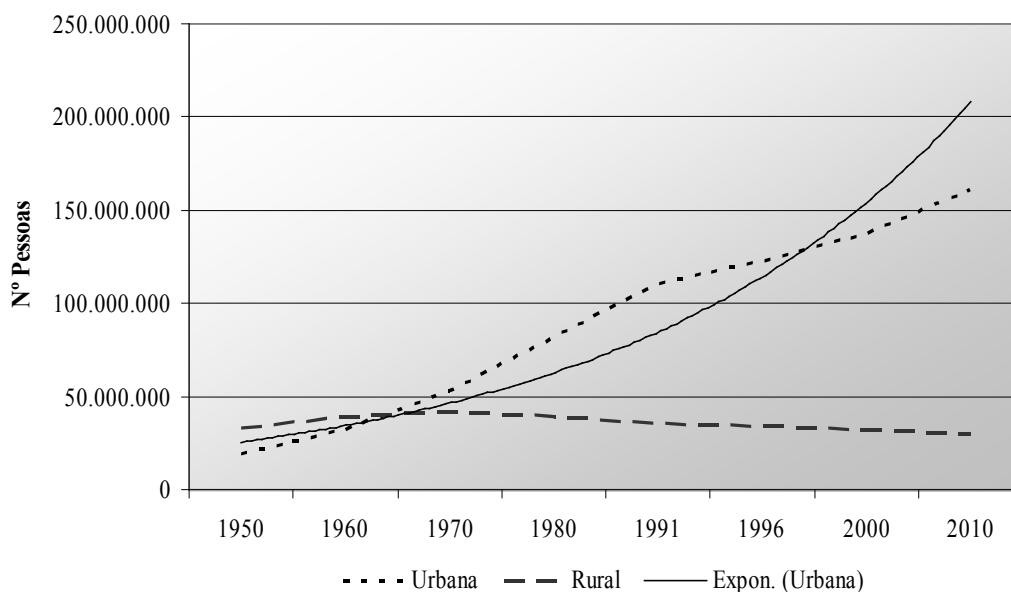
High population density may also be good for minimizing the effect of man on local ecosystems. High population density typically implies lower per capita cost of providing infrastructure and basic services. And despite the high rates of urban poverty that are found in many cities, urban residents, on average, enjoy better access to education and health care, as well as other basic public services such as electricity, water, and sanitation than people in rural areas. (COHEN, 2006, p.64)

Com o passar do tempo, a gestão de cidades se torna mais complexa, apresentando situações mais desafiadoras. Cohen (2006) observa que os principais agravantes do processo seriam: riscos ao meio ambiente ao entorno,

disponibilidade de recursos naturais, saúde pública, direitos individuais e pobreza extrema.

A evolução da urbanização brasileira, no período de 1970 a 2010, apresentou uma taxa de incremento decenal na ordem de 35%, e a do meio rural, redução de 1%. No gráfico 1 pode-se visualizar a evolução da concentração populacional brasileira no meio urbano¹.

Gráfico 1 - Distribuição da População Brasileira Rural e Urbana - 1970 a 2010



Fonte: IBGE – Sinopse do Censo Demográfico 2010

O período de 1970 a 2000 condiz com a evolução da sociedade urbano-industrial, promovida por Getúlio e JK. De acordo com Mont Mór e Ruiz (2010), a estrutura que se formou foi marcada pela heterogeneidade e polarização, caracterizando-se pela hegemonia das regiões Sul e Sudeste, que criaram lentamente uma rede de cidades relativamente integrada.

Nesse processo, como afirmam Mont Mór e Ruiz (2010):

As capitais estaduais foram espaços singulares, pois nelas se encontravam condições adequadas para a produção industrial que demandava oferta de energia em larga escala, todo o tipo de transporte e comunicação, além de uma variedade de serviços produtivos, financeiros e pessoais, que davam suporte as massivas

¹ Segundo o IBGE, considera-se urbana a população residente nas sedes municipais, independentemente do tamanho, mais os residentes nas vilas e aglomerados urbanos isolados.

aglomerações produtivas e populacionais. (MONT MÓR E RUIZ, 2010, p.230).

A necessidade de expansão econômico-industrial difundiu a infraestrutura básica para cidades de médio e pequeno porte e, especialmente a difusão das condições técnico-produtivas, gerou nas cidades médias próximas as capitais, uma área de expansão industrial. A esse processo, Mont Mór chamou de urbanização extensiva.

A evolução da sociedade urbano-industrial brasileira demonstra que uma das principais bases para a industrialização fordista no país foram o crescimento e expansão metropolitana. Segundo Mont Mór e Ruiz (2010), a sustentação do crescimento e acomodação populacional no longo prazo dependerá da capacidade de incorporar novos setores criados pelas mudanças tecnológicas, o que determina a possibilidade de sustentar a escala populacional e econômica das regiões metropolitanas e cidades criadas a partir da industrialização.

Dados preliminares do Censo Brasileiro de 2010 demonstram que o perfil de distribuição de Minas Gerais acompanha a tendência nacional de urbanização, sendo que 98% dos 12,5 milhões de habitantes encontra-se em aglomerações urbanas. Informações acerca do fluxo migratório na Unidade Federativa reforçam essa análise. Segundo dados do IBGE (2010), aproximadamente 3% da população residente em Minas Gerais, estão na Unidade Federativa há menos de 10 anos. Sendo que 73% desse contingente encontra-se há menos de 5 anos.

Minas Gerais concentra o maior número de municípios brasileiros e, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2003), grande parte da população encontra-se concentrada em um número reduzido deles. De acordo com a entidade, “essa concentração populacional vem crescendo durante as últimas décadas, fenômeno que reflete os movimentos migratórios que se fizeram intensos em passado recente, para as chamadas cidades grandes” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003, p.14).

Conforme o IBGE (2000), 95% da população urbana de Minas Gerais recebe coleta de lixo domiciliar, 99% possui iluminação elétrica e 88% rede geral de esgoto. Sendo respectivamente 17%, 95% e 6% para o meio rural. Os dados

reforçam a avaliação de Cohen (2006), de que os meios urbanos potencializam o provimento e manutenção de infraestrutura e serviços básicos.

Os indicadores aceitáveis na área urbana são reflexos de políticas públicas iniciadas a partir da década de 70, tendo em vista a preocupação à época com o fluxo migratório em direção à região metropolitana do estado, claramente direcionado para Belo Horizonte e Contagem.

Ruiz in Mont Mór e Ruiz (2010) afirma que foi apenas na segunda metade do século XX que Belo Horizonte se transformou de fato em metrópole moderna, estendendo-se em sobre seu entorno na forma de um aglomerado urbano-industrial com os municípios de Contagem e Betim. Segundo os autores, logo foi avaliada a perda de dinamismo econômico comparativamente às outras capitais do país, o que levou o estado mineiro ao planejamento da modernização do estado.

A implantação de uma grande fábrica de automóveis, em 1971, em Betim é considerada um marco nos esforços da tecnocracia e elites mineiras para criação de um parque industrial fordista no centro de Minas Gerais. Dessa forma, consolidou-se a periferia metropolitana para outros municípios no entorno de Belo Horizonte à medida que se concentravam o ritmo de geração de valor e renda. Na tabela I podem ser verificados os principais municípios mineiros com população superior a 50 mil habitantes.

Tabela I – Cidades Mineiras com População Superior a 50 mil habitantes – 2000

CIDADE	POPULAÇÃO	CIDADE	POPULAÇÃO
1 Belo Horizonte (1).....	2.238.526	26 Ituiutaba.....	83.853
2 Contagem (1).....	533.330	27 Muriaé.....	77.760
3 Uberlândia.....	486.551	28 Araxá.....	77.743
4 Juiz de Fora.....	450.142	29 Itajubá.....	76.816
5 Betim (1).....	298.258	30 Vespasiano (1).....	75.213
6 Montes Claros.....	283.631	31 Ubá.....	74.981
7 Ribeirão das Neves (1).....	245.401	32 Lavras.....	74.296
8 Uberaba.....	242.394	33 Itaúna.....	71.770
9 Governador Valadares.....	227.440	34 São João del Rei.....	70.355
10 Santa Luzia (1).....	184.208	35 João Monlevade.....	66.372
11 Sete Lagoas.....	180.599	36 Pará de Minas.....	64.991
12 Divinópolis.....	174.118	37 Timóteo.....	63.922
13 Ipatinga.....	134.657	38 Nova Lima (1).....	63.035
14 Ibirité (1).....	132.335	39 Paracatu.....	63.014
15 Poços de Caldas.....	130.826	40 Alfenas.....	61.730
16 Sabará (1).....	112.694	41 Patrocínio.....	58.748
17 Patos de Minas.....	107.449	42 Três Corações.....	58.419
18 Varginha.....	104.165	43 Cataguases.....	57.267
19 Conselheiro Lafaiete.....	98.830	44 Curvelo.....	55.753
20 Teófilo Otoni.....	98.188	45 Formiga.....	55.054
21 Pouso Alegre.....	97.194	46 Unai.....	54.138
22 Barbacena.....	95.897	47 Caratinga.....	53.733
23 Araguari.....	90.877	48 Viçosa.....	50.897
24 Passos.....	89.911	49 São Sebastião do Paraíso.....	50.299
25 Itabira.....	88.078		

Fonte: Fundação João Pinheiro (2003)

(1) Municípios pertencentes à Região Metropolitana de Minas Gerais.

O cenário atual, em que o Brasil ganha destaque e reforça sua presença dentre as maiores economias, é fruto da formação econômica nacional. O estado mineiro acompanha essa evolução. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2011), o peso da economia mineira foi de 9,5% da nacional em 2010, totalizando um PIB *per capita* de R\$ 15.572,00, sendo que o nacional foi de R\$19.016,00.

A acomodação populacional urbana foi fator histórico decisivo no desenvolvimento das estruturas econômicas nacionais e estaduais. O desenvolvimento de uma estrutura economicamente sustentável é essencial para a manutenção da segurança das gerações futuras no longo prazo, tendo em vista as restrições de recursos já conhecidas. O engajamento cidadão, no desenvolvimento e aplicação das políticas públicas que incentivem as diretrizes sustentáveis, é o exercício a que somos chamados a participar.

3. Cidade e Cidadania

Para Braga e Carvalho (2011, p.1), “a cidade é o lugar onde o homem pode desenvolver melhor as suas faculdades intelectuais, dada a coexistência plural de grupos sociais”. Com isso, o exercício da liberdade é potencializado. Segundo os autores, a própria estruturação interna das aglomerações urbanas, sinaliza a organização social das relações sócio-econômicas. Nesse contexto, “lutar por uma cidade melhor é antes de tudo lutar por uma sociedade mais justa, implicando mudanças nas relações econômico-sociais” (BRAGA; CARVALHO, 2011, p.10).

O direito à cidade é muito mais do que o direito à moradia, é o direito a uma vida digna dentro de tudo aquilo que uma cidade pode proporcionar: escolas, postos de saúde, hospitais, praças, áreas verdes, água, esgoto, coleta de lixo, enfim, todos os equipamentos sociais e infraestrutura que possam tornar a vida urbana saudável e segura. (BRAGA; CARVALHO, 2011, p.16).

Na história humana, a urbanização acompanha a diversificação das necessidades de diferentes ambientes sociais. O homem moderno necessita de vários espaços para sua existência. “Dessa maneira, é importante compreender a

cidade como a casa maior de todos, na qual o homem se enriquece nas relações sociais, principalmente nas livremente escolhidas”. (BRAGA; CARVALHO, 2011, p.10). Complementar a isso os autores colocam que além de um conjunto de direitos, a cidadania pressupõe a “participação responsável na esfera pública e na vida social”, para desenvolvimento da luta pelos equipamentos sociais necessários.

Brown (2009) propõe a existência de três modelos de mudança social:

Um é o do evento catastrófico, que chamo de Modelo Pearl Harbor, pelo qual um fato dramático muda fundamentalmente nossa forma de pensar e agir. O segundo modelo é aquele em que a sociedade começa a mudar em relação a algum tema, geralmente após um longo período de lentas e graduais mudanças na forma de pensar e nas atitudes. A este eu dou o nome de Modelo do Muro de Berlim. O terceiro é o Sanduíche da Mudança Social, pelo qual um forte movimento de setores ativistas pressiona determinada causa que também é apoiada por fortes lideranças políticas. (BROWN, 2009, p.317).

A partir destes modelos, Brown (2009, p. 321) concluiu que “a situação ideal para a ocorrência de um progresso rápido se dá quando a pressão popular por mudanças se afina com lideranças nacionais comprometidas com as mesmas mudanças”.

De acordo com Amorim (2007, p.372), “analisar a maneira como as pessoas internalizam normas, crenças e valores políticos é fundamental para compreender aspectos da cidadania e da participação política”. De acordo com a autora, a participação política está intimamente associada ao fortalecimento de instituições democráticas e organizações sociais, pois possibilita o pronunciamento e a inclusão da população nos processos políticos.

No entanto a participação política é diretamente potencializada pelos níveis de confiabilidade nos políticos e instituições políticas, pois refletem a percepção dos cidadãos do benefício do engajamento político. De acordo com pesquisas realizadas por Amorim (2007), a corrupção e não cumprimento de promessas são os principais fatores pela desconfiança do cidadão. Ainda neste quesito, o público entrevistado associou democracia à possibilidade de opinar, participar das decisões.

Amorim (2007, p. 377) conclui que “os dados das pesquisas apontam para uma precariedade da nossa cidadania e sugerem a ausência de uma cultura política participativa, condição para a consolidação de práticas democráticas”.

Em uma sociedade democrática de direito, a regulação do cenário econômico, é essencialmente estabelecida através de leis e acordos. A busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a falácia de recursos naturais deve ser preocupação de todos os envolvidos. Vislumbrar o longo prazo é lidar com o risco da escassez de recursos e a qualidade de vida, sendo esta a manutenção dos requisitos essenciais: saúde, segurança, emprego e educação.

Para que as mudanças ocorram será necessária uma sociedade civil empenhada, participando ativa e politicamente. No entanto, para que haja a elevação do engajamento político da população, as instituições políticas deverão ser fortalecidas, para elevar o grau de confiabilidade e de empenho de todos os envolvidos.

4. Desenvolvimento Sustentável e o contexto mineiro

Os efeitos do intenso crescimento populacional sobre o meio ambiente são desastrosos, pois é acompanhado pela elevação da demanda por energia, água, solo, madeira, combustíveis fósseis, recursos minerais, sem a contrapartida de processos que mitiguem as externalidades negativas.

Tornam-se necessárias novas combinações para viabilizar o processo econômico, sem violar ou ultrapassar os limites naturais dos recursos disponíveis, levando-se em conta as restrições ambientais.

Esta questão, que perdura por longas décadas, vem sendo remodelada, com o surgimento de um novo conceito: o desenvolvimento sustentável. Em 1987, a Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland) assim o conceituou: “é o desenvolvimento que resolve as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de também satisfazerem suas próprias necessidades,” (UNESCO, 2005, p.29).

Em complementação ao conceito, as Nações Unidas em 2005, no documento intitulado “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, afirmou que o conceito de desenvolvimento sustentável, estruturado na sociedade, ambiente, economia e indiretamente na cultura, está em constante evolução.

A busca pelo desenvolvimento sustentável tornou-se essencial para a sociedade mundial. Preocupação retratada e consolidada na 2ª Conferência Mundial de Meio Ambiente, a Rio 92, com a elaboração da Agenda 21 Global.

A partir da Agenda 21, todos os países procederam à elaboração do plano local, com definição das principais ações a serem realizadas. No Brasil, as principais ações da Agenda dizem respeito à agricultura e cidades sustentáveis, infraestrutura e integração regional, gestão dos recursos naturais, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

No âmbito do estado de Minas Gerais, a Agenda 21 foi implementada em 2007, com a aprovação da Lei 16.687/2007 que dispõe sobre a sua elaboração, e com a criação do Fórum Estadual Permanente da Agenda 21, cuja finalidade é o acompanhamento do desenvolvimento sustentável no Estado e a prestação de auxílio à implementação da Agenda 21 e das políticas públicas estaduais para o desenvolvimento sustentável.

Conforme Santos (2010), Minas Gerais se destaca no cenário nacional com a adoção de diversas medidas, entre as quais citam-se: o inventário dos gases de efeito estufa, a instalação da Câmara de Energia e Mudanças Climáticas, o zoneamento ecológico-econômico, a criação da Lei Estadual de Resíduos Sólidos, a legislação ambiental na área florestal, a recuperação das bacias hidrográficas e o estímulo à produção e desenvolvimento de energias alternativas.

Fica claro, quando da análise dos textos propostos a âmbito internacional e nacional, que as ações a serem implementadas devem ser integradas com todos os setores envolvidos, poder público, agentes econômicos e cidadãos, sendo de fundamental importância para a concretização das principais ações ambientais.

Em consonância a isso, Braga e Carvalho (2008) afirmam que a construção de uma cidade de todos e para todos demanda um fórum permanente de debates políticos e uma agenda social que se traduza em leis, planos e ações.

Tais debates políticos que envolvem a participação de toda a sociedade são, em parte, concretizados nas Assembléias Legislativas, composta pelos representantes do povo com a finalidade de atender às necessidades e interesses coletivos.

Assim, e visando quantificar as discussões acerca das questões ambientais no estado de Minas Gerais, foram pesquisados, no banco de dados da Assembléia de Minas Gerais – ALMG, os projetos de leis e outros instrumentos que tratassem de meio ambiente, no período compreendido de 2007 a 2011. A metodologia objetivou captar os últimos dois mandatos eleitorais de renovação de representantes.

De acordo com os dados, aproximadamente 2% de todos os projetos de Lei apresentados no período de 2007 a 2011, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, são referentes à sustentabilidade. A média de projetos indica que apenas 2 projetos são apresentados para cada 10, dos 77 deputados estaduais existentes, a cada ano. O resultado indicou não haver tendência crescente na apresentação de projetos com objetivos voltados para sustentabilidade, sendo que grande parte dos projetos existentes em maio de 2011 são relativos a desarquivamentos. Do montante pesquisado, 32% foram desarquivados, 26% aguardam pareceres ou votações em comissões, 18% foram arquivados definitivamente, 13% foram aprovados e se tornaram normas jurídicas e 3% foram retirados de pauta pelo autor.

Em torno de 60% das propostas foram apresentadas pelo partido governista e sua base aliada. A segunda principal representação (23%) é da oposição e 13% é referente a representações partidárias sem coligação declarada. Ao avaliar os projetos que foram transformados em normas jurídicas, tem-se: 46%, 31% e 23% respectivamente. Considerando essa distribuição, e tendo em vista que dos deputados em exercício no ano de 2011, 60% são do partido e da base aliada governista, as chances para normalização jurídica de propostas em andamento são relativamente grandes.

Do mesmo modo, pode-se esperar que o debate das questões ambientais seja partidário e que o ritmo dos processos dentro do Legislativo estadual mineiro não é reflexo apenas do equilíbrio das forças políticas. No entanto, a

agilidade no processamento de projetos que tenham aliados no ambiente Legislativo é maior do que o contrário, fato constantemente observado nos Legislativo e Executivo nacional.

Vale ressaltar que a avaliação quantitativa das propostas não reflete o valor agregado das medidas implantadas. No entanto, a regularidade do debate a nível legislativo de causas voltadas à relação dos cidadãos com o meio ambiente pode ser entendido como a integração do debate contínuo no âmbito político. Forma que contribui pela aplicação de medidas cada vez mais reguladoras, mesmo que em velocidade inferior à necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No rápido ensaio realizado nessas páginas, entende-se que o desenvolvimento sustentável é a orquestração de planos de ação nos níveis público e privado, que objetivem a mitigação de riscos para que o desenvolvimento econômico mantenha a qualidade de vida das gerações futuras, sendo qualidade entendida como a manutenção dos requisitos essenciais: saúde, segurança, emprego, educação e meio ambiente.

A urbanização extensiva é inerente à formação econômico-industrial brasileira e o movimento de concentração populacional demonstra um ritmo constante e de difícil retrocesso. A avaliação histórica desse processo demonstra que a integração de forças como trabalho, inovação tecnológica, educação, moradia e serviços básicos foram organizados ao longo do tempo, de modo a atender e sustentar o crescimento econômico-industrial.

Dado as tendências em relação à exaustão dos recursos naturais, espessamente debatido a nível internacional, a orientação pelo desenvolvimento sustentável parece indubitavelmente uma premissa para os planejadores de políticas públicas, possibilitando a criação das bases para o enfrentamento dos desafios ambientais.

Ao mesmo tempo em que a economia industrial brasileira e não obstante, a mineira, vislumbrou na urbanização extensiva, a otimização de serviços necessários ao seu atendimento, o homem também o fez. As cidades são redutos naturais de debates socioeconômicos, onde a participação social é fonte essencial de organização.

Os dados pesquisados no contexto mineiro indicam haver uma perenidade no debate a nível legislativo, de propostas de leis que tangenciem a problemática do desenvolvimento sustentável. Pode-se entender que o representante político apresenta projetos em respeito às demandas públicas e privadas.

Os dados sinalizam ainda pelo fato de que o cenário mais propício pela avaliação de medidas reguladoras é aquele em que o executivo e sua base aliada estejam em sintonia com o Legislativo, havendo uma proporção favorável na instituição legisladora a fim de dar prosseguimento às propostas apresentadas. É essencial que os projetos aprovados se complementem, de modo a concretizarem um processo de mudança perene.

A liberdade individual norteia as relações sociais, e é premissa para a maturação de qualquer ambiente democrático. O fluxo constante da necessidade de convívio potencializa o exercício da liberdade. O engajamento da população, nas causas ambientais, se dará no mesmo ritmo em que os cidadãos percebam o reconhecimento de suas demandas e opiniões.

O processo de maturação de um cenário econômico, social e ambientalmente desejável dependerá essencialmente da participação social e do fortalecimento das instituições e organizações políticas. As mudanças devem ser realizadas pelas gerações atuais, provocando desdobramentos às futuras gerações. Pensar o futuro é viver conscientemente o presente.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Salete Souza de. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 2007. p. 366-379. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria_amorim.pdf.

BEZERRA, Maria Lucila. (2002). Desenvolvimento Urbano Sustentável: realidade ou utopia. Trabalhos para Discussão, jul 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/bezerra.pdf>

BRAGA, Roberto. CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Cidade: Espaço da Cidadania. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/rbraga11.pdf>
Acesso em: 09/05/2011.

BROWN, Lester R. Plano B 4.0: Mobilização para Salvar a Civilização. São Paulo: New Content. 2009. Disponível em: www.wiiuma.org.br/plano_b.pdf

COHEN, Barney. Urbanization in developing countries: Current trends, future projections, and key challenges for sustainability. Technology in Society 28 (2006) p. 63–80. Disponível em: http://www7.nationalacademies.org/dbasse/cities_transformed_world_technology_in_society_article.pdf

CVGVS Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. Relatório de Diretrizes para Formulação de Políticas Públicas em Mudanças Climáticas no Brasil: 2009. Disponível em: <http://intranet.gvces.com.br/cms/arquivos/diretrizesformulacaopolclimatica.pdf>

FERREIRA, Maria Manuela Malheiro Dias. Desenvolvimento Urbano Sustentável: o Papel dos Cidadãos Universidade Aberta - Lisboa – Portugal. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/052.pdf

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Perfil demográfico do Estado de Minas Gerais - 2002. Belo Horizonte: 2003. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/69-perfil-demografico-de-minas-gerais>

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. RUIZ, Ricardo Machado. A Região Metropolitana de Belo Horizonte: o antigo, o novo e tudo ao mesmo tempo e agora. In: **As Muitas Minas Gerais: Ensaio sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia, Minas Gerais, 2010. Parte IV, p.227-260.

OJIMA, Ricardo. HOGAN, Daniel Joseph. População, urbanização e ambiente no cenário das mudanças ambientais globais: debates e desafios para a demografia brasileira. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. Caxambu, MG. 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1383.pdf

SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. Ciência, Tecnologia e Inovação em Minas Gerais: Desafios e Oportunidades. In: **As Muitas Minas Gerais: Ensaio sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia, Minas Gerais, 2010. Parte I, p.49-88.

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>